

**Questão 1.** São características da administração direta do Poder Executivo do Estado de Goiás, na sistemática da Lei nº 21.792/2023, EXCETO:

- (A) integra-se à pessoa jurídica do Estado de Goiás.
- (B) é composta por órgãos sem personalidade jurídica própria.
- (C) reúne autarquias e fundações instituídas por lei.
- (D) abrange as Secretarias de Estado, entre as quais a SEMAD.

**Questão 2.** Caso surja conflito entre dispositivo da Lei estadual nº 21.792/2023 e dispositivo do Decreto estadual nº 10.464/2024, prevalece:

- (A) o decreto, por se tratar de ato normativo mais recente.
- (B) a lei, em razão da hierarquia normativa, dado que decreto não pode contrariar lei.
- (C) o que dispuser portaria do Secretário, como ato infralegal especializado.
- (D) o decreto, por se tratar de ato editado pelo Chefe do Poder Executivo estadual.

**Questão 3.** Em matéria de resíduos sólidos, conforme a Lei nº 21.792/2023, à SEMAD compete, em síntese:

- (A) executar diretamente os serviços de limpeza urbana e coleta domiciliar nos municípios goianos.
- (B) a formulação das políticas estaduais de resíduos sólidos, sem prejuízo da competência operacional dos municípios.
- (C) revogar a Política Nacional de Resíduos Sólidos no território goiano.
- (D) gerir, com exclusividade, todos os aterros sanitários do Estado.

**Questão 4.** O Conselho Estadual do Meio Ambiente (CEMAm) e o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERHi), conforme o Regulamento aprovado pelo Decreto nº 10.464/2024:

- (A) integram a estrutura básica da SEMAD, na qualidade de órgãos colegiados.
- (B) são órgãos do Ministério do Meio Ambiente, em atuação delegada no território goiano.
- (C) substituem o CONAMA na esfera estadual goiana.
- (D) são entidades privadas, sem qualquer vínculo institucional com a SEMAD.

**Questão 5.** Servidor da SEMAD, em vistoria de fiscalização, identifica desmatamento irregular em propriedade rural. No exercício do poder de polícia administrativa atribuído à SEMAD pela Lei nº 21.792/2023, é INCORRETO afirmar que ele pode:

- (A) lavrar auto de infração e propor a aplicação de multa administrativa.
- (B) determinar o embargo da atividade irregular.
- (C) efetuar prisão em flagrante do autor do desmatamento.
- (D) requisitar apoio das polícias civil e militar para garantir a regularidade da fiscalização.

**Questão 6.** O Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Programa de Regularização Ambiental (PRA), no Estado de Goiás, são instrumentos primordialmente vinculados à competência de:

- (A) política de regularização ambiental rural, a cargo da SEMAD.
- (B) Secretaria de Estado da Agricultura, sem qualquer interface com a SEMAD.
- (C) Receita Federal, no controle do imposto sobre propriedade rural.
- (D) União, vedada a participação de Secretaria estadual de meio ambiente.

**Questão 7.** Considerando a estrutura básica aprovada pelo Decreto nº 10.464/2024, a coordenação das atividades de licenciamento ambiental, fiscalização e controle ambiental compete primariamente à:

- (A) Subsecretaria de Licenciamento, Fiscalização e Controle Ambiental – SUBLIFI.
- (B) Subsecretaria de Biodiversidade, Unidades de Conservação e Segurança Hídrica – SUBSURH.
- (C) Secretaria-Executiva da SEMAD.
- (D) Procuradoria Setorial.

**Questão 8.** As atividades relacionadas à criação e à gestão de unidades de conservação, à preservação da biodiversidade e à segurança hídrica encontram-se, na estrutura da SEMAD, sob coordenação da:

- (A) SUBLIFI.
- (B) SUBSURH.
- (C) Ouvidoria Setorial.
- (D) Assessoria de Comunicação Setorial.

**Questão 9.** Servidor da SEMAD pretende interpor recurso administrativo contra decisão proferida por Gerente. A linha hierárquica ascendente, em regra, conforme a estrutura aprovada pelo Decreto nº 10.464/2024, segue a seguinte ordem:

- (A) Gerente → Governador do Estado → Secretário-Executivo → Secretário.
- (B) Gerente → Superintendente → Subsecretário → Secretário.
- (C) Gerente → Procurador-Chefe → Ouvidor Setorial → Governador.
- (D) Gerente → CEMAm → CERHi → Secretário.

**Questão 10.** A respeito dos cargos da estrutura da SEMAD, conforme a Lei nº 21.792/2023, é correto afirmar:

- (A) todos os cargos da Secretaria são de livre nomeação e exoneração.
- (B) os cargos efetivos das carreiras ambientais são criados pela própria Lei nº 21.792/2023.
- (C) a Lei nº 21.792/2023 dispõe sobre os cargos comissionados da estrutura da Secretaria, não criando cargos efetivos das carreiras ambientais, que possuem disciplina em lei própria.
- (D) os cargos em comissão somente podem ser providos por servidores efetivos.